

# MOBILIDADE DO TRABALHO E CRISE DO CAPITAL: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Vinicius de Paula Ismael<sup>1</sup>

João Paulo Rosalin<sup>2</sup>

Ramon Spironello do Nascimento<sup>3</sup>

**Resumo:** Objetivamos neste artigo trazer comentários sobre as mudanças pelas quais passam os processos migratórios, entendidos como mobilidade espacial da força de trabalho através da análise de Gaudemar (1977), no período do capitalismo contemporâneo, em que se identifica uma crise estrutural que, desde a década de 1970, tem levado novas configurações ao mundo do trabalho, bem como mudanças nos processos migratórios, intensificados mundialmente, sobretudo na periferia capitalista. Desta forma, iniciamos discutindo algumas características que configuram o capitalismo atual, sobretudo referentes à sua crise estrutural, aprofundada a partir dos anos 1970. Em seguida, tratamos sobre as mudanças pelas quais passam o mundo do trabalho em decorrência da crise, sobretudo na América Latina e no Brasil. Por fim, discutimos sobre os impactos que tais mudanças implicam nas migrações internacionais recentes, sobretudo aquelas direcionadas ao território brasileiro nas primeiras décadas do século XXI.

**Palavras-chave:** Migrações; mobilidade do trabalho; crise; trabalho.

## LABOR MOBILITY AND CAPITAL CRISIS: ELEMENTS FOR AN ANALYSIS OF INTERNATIONAL MIGRATIONS IN CONTEMPORARY CAPITALISM

**Abstract:** We aim in this article to bring comments on the changes that migratory processes undergo, understanding it as a spatial mobility of the workforce through the analysis of Gaudemar (1977), in the period of contemporary capitalism, in which we identify a structural crisis since the 1970s, who led to new configurations in the world of labor, as well as changes in migratory processes, which has intensified worldwide, especially on the periphery of capitalism. In this way, we begin with a discussion about the different characteristics that configure contemporary capitalism, especially referring to the structural crisis of this mode of production that has deepened since the 1970s. Then, we deal with the changes that the world undergo as a result of this crisis, especially in Latin America and Brazil. Finally, we discuss the impacts that such changes imply on recent international migratory movements, especially those directed to Brazilian territory in the first decades of the 21st century.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro (SP). Email: [vinicius.ismael@hotmail.com](mailto:vinicius.ismael@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro (SP). Email: [joao.rosalin@unesp.br](mailto:joao.rosalin@unesp.br)

<sup>3</sup> Mestrando em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro (SP). Email: [ramonspironellonasc@hotmail.com](mailto:ramonspironellonasc@hotmail.com)

**Keywords:** Migrations; mobility of labor; crisis; labor

## INTRODUÇÃO

A crise migratória que se estabelece no mundo, nas últimas décadas, manifesta sobretudo no crescimento do refúgio, nos constantes casos de imigrantes tendo sua entrada em diferentes países barrada (sobretudo em países do centro capitalista), nas perseguições e na xenofobia<sup>4</sup>, coloca como central a necessidade de se analisar as contradições que caracterizam os movimentos migratórios neste período de crise estrutural do capitalismo, especialmente nas primeiras décadas do século XXI.

Objetivamos, neste sentido, trazer alguns apontamentos críticos a respeito destes processos e a relação que estabelecem com a realidade de crise da sociedade produtora de mercadorias. Para esta empreitada, consideramos fundamental a análise desenvolvida por Gaudemar (1977), que ancorado na crítica da economia política marxiana, compreende os processos migratórios enquanto expressão de uma sujeição do trabalho ao capital.

Na análise tomada por Gaudemar (1977), o trabalho torna-se, com o desenvolvimento do capitalismo, uma mercadoria, a *força de trabalho*, que possui como uma de suas características vitais a capacidade de ser móvel – ou seja, que possa ser mobilizada – para atender à produção de mais-valia. Dentro de sua análise, o autor evidencia que para que o dinheiro possa tornar-se capital, é necessário que exista, no mercado, um trabalhador livre, em dois sentidos: primeiramente por ter a *força de trabalho* como uma mercadoria sua; e, ao mesmo tempo, necessita não possuir qualquer outra mercadoria que possa vender ou instrumento para a realização de sua força de trabalho. Tais liberdades (positiva e negativa, respectivamente) constituem assim uma dupla determinação: o homem é livre para possuir sua própria força de trabalho, mas ao mesmo tempo ele é obrigado a vendê-la para poder garantir sua sobrevivência (ISMAEL, 2020).

Desta maneira, a mobilidade da força de trabalho, nas suas diversas formas de manifestação (como a espacial, que corresponde à migração), constitui um dispositivo central para o processo de acumulação capitalista. Os processos migratórios, portanto, correspondem à mobilização espacial das forças de trabalho para atender às necessidades de reprodução ampliada do capital e passam por uma série de modificações em suas formas e escalas a depender do período histórico e geográfico, estando sempre dentro de um contexto econômico, político e social (SALIM, 1992). Manifestam-se, assim, de diferentes maneiras ao longo da geografia histórica do capitalismo em seu processo de expansão (ISMAEL, 2021).

Com base nessas contribuições, para este trabalho, focaremos em analisar algumas implicações dos movimentos migratórios dentro do período atual de desenvolvimento do capitalismo, predominante desde a década de 1970, marcado por uma crise estrutural que vai muito além da esfera econômica e afeta todas as dimensões da sociedade capitalista (MÉSZÁROS, 2011).

---

<sup>4</sup> Inclusive recentemente no Brasil, com o assassinato por espancamento de um trabalhador congolês no Rio de Janeiro e de um jovem venezuelano em São Paulo, como noticiaram, respectivamente, as seguintes reportagens: Polícia investiga morte de congolês em quiosque na Barra da Tijuca. <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/29/policia-investiga-morte-de-congoles-em-quiisque-na-barra-da-tijuca.ghtml>>; Jovem venezuelano é assassinado em SP após briga por dívida de R\$ 100; 'basta de xenofobia', dizem movimentos sociais. <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/09/jovem-venezuelano-e-assassinado-em-sp-apos-briga-por-divida-de-r-100-basta-de-xenofobia-dizem-movimentos-sociais.ghtml>>

## A MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Com a globalização do capitalismo, a partir da década de 1970, desenvolvem-se novas dinâmicas dentro da sociedade do trabalho, como a crescente precarização do trabalho (ANTUNES, 2015) correspondente à reestruturação produtiva e desenvolvimento do neoliberalismo como modelo econômico e padrão de desenvolvimento promovido tanto nos grandes centros capitalistas como na periferia. Com o crescimento da população excedente como um dos elementos decorrentes da globalização, o capital pode escolher a força de trabalho onde melhor atender seus interesses. As migrações, entendidas enquanto mobilização espacial da força de trabalho, nesse sentido, apresentam uma série de novas lógicas e determinações em decorrência dessa mudança interna dentro do modo de produção, mais internacionalizado, dotado de tecnologia e ainda mais exploratório que antes (GOMES, 2009).

O período *pós-fordista*, predominante desde 1973, se caracteriza por amplas mudanças na dinâmica de produção e reprodução do capital, bem como nos regimes de acumulação (para uma acumulação flexível), impactando diretamente no mundo do trabalho, que passa por mudanças no regime de trabalho, como a flexibilização e precarização de suas condições, abandonando o regime fordista de produção e adotando as premissas do *toyotismo*. A mobilidade espacial da força de trabalho também sofre os efeitos dessa mudança, e suas características passam por transformações para atender às novas necessidades da lógica de reprodução ampliada do capitalismo (OLIVEIRA, 2011).

Ferreira (2005) aponta que as migrações internacionais no período de globalização do capital apresentam novas características. O fenômeno migratório assume formas determinadas principalmente pelo mercado financeiro internacional, enfraquecendo o poder do Estado de promover as migrações ao mesmo tempo que restringe, em certa medida, a ele a tentativa de controle (através de suas políticas). As novas causas dos movimentos migratórios, para este autor, se pautam sobretudo nas atuais determinações do modo de produção e reprodução ampliada do capitalismo, referentes às novas mudanças promovidas pela internacionalização e desregulamentação dos mercados, aumento do exército industrial de reserva e da exploração e precarização do trabalho, como também do desenvolvimento tecnológico e dos meios de transporte, que facilitam a possibilidade de deslocamentos humanos.

Gomes (2009) retoma e defende a atualidade do conceito de *mobilidade do trabalho* proposto por Gaudemar (1977), que pode explicar as problemáticas do capitalismo contemporâneo de um ponto de vista da crítica a esse sistema. Tal análise identifica novas características socio-econômicas da financeirização da economia e das novas configurações do trabalho (flexibilização, terceirização), bem como a adoção, pelos estados, de políticas econômicas de orientação pró-mercado (neoliberalismo), que a partir das décadas de 1980 e 1990 foram aplicadas na maioria dos países da América Latina.

As novas formas de trabalho que Gomes (2009) identifica no atual período são reflexos da mudança na utilização da força de trabalho (portanto sua mobilidade), que é controlada e mobilizada pelo capital no sentido de atender a uma possibilidade de garantir maior lucro para a reprodução do capital. Assim, o trabalhador se vê obrigado a se adequar às novas lógicas do mundo do trabalho, adaptar sua força de trabalho para os interesses de acumulação de capital. Soma-se

a isso a incorporação sucessiva de tecnologias na produção, que promovem uma expansão da superpopulação relativa e aumentam o controle do capital sobre os trabalhadores, um período em que a reprodução ampliada do capital submete cada vez mais o mundo (do centro e da periferia) à produção capitalista. É nesse sentido que Gomes afirma serem a flexibilização e terceirização os novos instrumentos da mobilidade do trabalho.

Ainda afirma Gomes, sobre a importância do conceito de mobilidade do trabalho de Gaudemar para o período atual:

O conceito de Gaudemar de “mobilidade do trabalho” ganha maior evidência quando observamos, portanto, as formas com que o capital tem estabelecido relações com o mundo do trabalho e como ele impõe, a este último, novas determinações que envolvem qualificação profissional, migrações e rearranjos produtivos internos e externos às organizações (GOMES, 2009, p. 47).

Erige-se, assim, uma necessidade de analisar os fatores históricos e estruturais do capitalismo contemporâneo para buscar compreender os componentes da crise desse sistema (MÉSZÁROS, 2011), que será mais bem estudada a respeito de suas implicações no mundo do trabalho e conseqüentemente na mobilidade espacial do trabalho, em especial nas migrações internacionais.

## A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

David Harvey (2005) pontua que Marx, em seus trabalhos, indica várias possibilidades de ocorrência de crises no modo de produção capitalista, assim como algumas tendências que produzem tensões dentro do processo de acumulação, que podem ser melhor compreendidas, segundo Harvey, quando leva-se em conta alguns elementos da acumulação: em primeiro lugar, um excedente de mão-de-obra disponível para atender a expansão da produção, o que aqui indica a necessidade de mecanismos para garantir maior oferta de força de trabalho como, por exemplo, baseado em Gaudemar (1977), o estímulo à mobilidade do trabalho (aquisição de força de trabalho via migrações ou incorporação de força de trabalho de modos de produção não-capitalistas); em segundo lugar, a existência, no mercado, de meios de produção que possibilitem expansão da produção caso o capital seja reinvestido; e, por último, a existência de um mercado que absorva as quantidades de mercadoria produzidas (que são crescentes).

Em cada um desses três aspectos (que correspondem à oferta da força de trabalho, oferta de meios de produção e infraestrutura e a estrutura de demanda, respectivamente), que são produzidos pelo próprio capitalismo, é possível o surgimento de barreiras à própria acumulação do capital, que uma vez atingidas podem causar crises de natureza específica. É por isso que Marx evidencia que o capital possui a tendência a produzir barreiras para o seu próprio desenvolvimento, e também por isso é possível dizer que as crises são inerentes ao processo de acumulação. As crises, ainda segundo Harvey, podem se manifestar em qualquer momento da totalidade do processo de produção (produção, distribuição, consumo e reinvestimento)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Como afirma Harvey: “Se, necessariamente, a produção e o consumo se integram de modo dialético na produção como totalidade, resulta que as crises originárias das barreiras estruturais à acumulação podem se manifestar tanto na produção quanto no consumo, e em qualquer uma das fases de circulação e de produção de valor (HARVEY, 2005, p. 43).

Vários autores concordam com a ideia de Marx (2017) de que as crises são inerentes ao modo de produção capitalista, e ocorrem desde seu período de desenvolvimento, desencadeando uma série de problemas associados e impactando diretamente o mundo do trabalho. Nossa análise, neste trabalho, está focada diretamente em uma crise: a crise estrutural do capitalismo que se desenvolve na década de 1970 e que reflete em diversas mudanças dentro do processo de acumulação capitalista e da sociabilidade desse modo de produção.

O atual período de crise é marcado pelo *neoliberalismo* e pela reestruturação produtiva, características da acumulação flexível, que tem um caráter destrutivo de grandes proporções (ANTUNES, 2015). Seguindo essa entoad, Mascaró (2013) concebe o neoliberalismo como um *modo de regulação*, e que junto a ele se estabelece um *regime de acumulação* baseado na financeirização (capitais financeiros internacionalizados). Essas novas condições estruturais do capitalismo em crise geram um novo modo de desenvolvimento do mesmo, denominado *pós-fordismo*.

Concordando com Marx, Mészáros (2011) afirma que as crises são formas de o capital avançar sobre suas barreiras e “estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795). A crise atual, contudo, manifesta-se através de quatro aspectos principais, nas palavras do autor:

- (1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
- (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
- (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2011, p. 795-796)

Alves (2009), em concordância à Mészáros, salienta que apenas a atual crise que vivemos é estrutural, uma vez que as anteriores eram restritas a determinados componentes do sistema. Além disso, essa crise manifesta-se a partir de várias crises de menor escala que ocorrem desde meados dos anos 1970<sup>6</sup>.

Leiva (2009) também trata sobre a crise estrutural, salientando que, entre 1970 e 2005 (anteriormente a crise de 2007-2008), ocorreram seis crises do capital, das quais quatro delas ocorreram no período 1991-2001, e nos anos de 1994 e 1997

---

<sup>6</sup> As crises de 1987, 1994, 1997, 2000 e 2007, administradas pelos Bancos Centrais dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) após o “estouro” das bolhas especulativas nesses anos, são exemplos trazidos por Alves, com base em Mészáros (2011).

registraram-se as primeiras crises na periferia capitalista, no México e no Sudeste Asiático, respectivamente.

Dentro da análise da *crise de superprodução*, Cipolla (2013) aponta o desenvolvimento dessa ideia na obra de Marx. Para designar as crises do capitalismo, Marx utiliza o termo de *superprodução*, que vai tendo seu significado alterado ao longo de sua produção teórica. Este conceito parte, inicialmente, de uma ideia subconsumista na qual os mercados mundiais absorvem o excesso de produção de meios de consumo em relação as capacidades de consumo dos trabalhadores. Esta noção passa por poucas mudanças nos *Grundrisse* e nas *Teorias da mais-valia* e apenas em *O Capital* a crise de superprodução é então concebida como resultado interior do capital, fazendo parte do processo de acumulação de capital.

N' *O capital*, o termo superprodução ainda é utilizado por Marx, entretanto, ele agora é resultado de um processo formado pelo crédito e pela especulação, denominado *superacumulação*, e nos livros II e III de *O capital* encontra-se a explicação sobre os fundamentos da teoria de superprodução enquanto teoria de superacumulação de capital produtivo através do crédito.

Neste momento, Cipolla indica que para Marx “é importante notar o fato de que inflação e superprodução ocorrem simultaneamente” (CIPOLLA, 2013, p. 85). Também afirma que “o significado de superprodução agora é a extensão da produção além dos limites estabelecidos pelo balanço entre injeções e vazamentos monetários” (CIPOLLA, 2013, p. 85). Aqui, aumenta-se a demanda de capital produtivo além da oferta de tal capital – causada pela concentração de capitalistas na fase de acumulação real de capital, este processo causa inflação.

Trazidos os principais elementos da mudança de pensamento sobre o tema em Marx, Cipolla (2013, p. 86) resume:

Enquanto nas obras anteriores superprodução significava excesso de produção relativamente à capacidade de absorção do mercado externo, agora, depois do livro II, no qual se expõe a reprodução do capital agregado, já não é mais possível supor a restrição dos mercados externos para uma teoria da crise. Superprodução muda de conotação: produção além dos limites capitalistas significa agora produção além da unidade da reprodução do capital social total, unidade essa que é dependente do balanço entre capitais formadores de fundos de acumulação e capitais em processo de conversão de fundos monetários em acumulação real.

Outra passagem interessante de Cipolla diz respeito à produção de valor para se valorizar e sua relação com a crise:

É interessante acrescentar aqui que o processo de produção capitalista é a unidade do processo de trabalho (a produção de valores de uso) e do processo de valorização (a produção de mais-valia). O processo de valorização é o fim e o processo de produção de valores de uso é o meio. Em condições normais, o processo de valorização é simultaneamente processo de produção de riqueza material, valores de uso. Mas a fase de excitação do ciclo rompe essa unidade porque nela emerge a especulação: a tentativa de efetuar o fim que é a valorização sem o meio que é a produção de valores de uso (CIPOLLA, 2013, p. 86).

Dessa forma, Marx desenvolve a sua explicação mais fundamentada da crise do capitalismo em *O Capital*, no qual ele considera que “a crise advém da recorrente tentativa do capital de ultrapassar seus próprios limites ao procurar acumular capital além do sobreproduto existente na forma de meios de produção” (CIPOLLA, 2013, p. 89). Assim “a teoria da crise evolui da concepção de excesso de produção de meios de consumo para excesso de demanda de meios de produção alavancados pelo crédito” (CIPOLLA, 2013, p. 89).

Tratando sobre a ideia de *superprodução*, que causa as crises, Harvey (2005, 2006) assinala que ela sempre é relativa e nunca absoluta, podendo se manifestar tanto como subconsumo ou como superprodução de capital (produção excedente), sendo ambas formas da superacumulação. Ademais, todas as formas de crise estão relacionadas à tendência de superacumulação. Tais crises funcionam como forma de colocar ordem à produção capitalista (ainda que não ordenadas).

A *superacumulação* é definida por Harvey “como excesso de capital em relação às oportunidades de empregar esse capital rentavelmente” (HARVEY, 2005, p. 114-115). Sob tal panorama, o excedente pode se manifestar em diferentes formas: mercadorias, moeda, capacidade produtiva e força de trabalho dentre outras.

Estando o processo de superacumulação fortemente vinculado ao sistema de crédito, Mollo (2011) faz uma análise sobre a crise financeira, que é relacionada a lógica do modo de produção através do *crédito* e do *capital fictício*, e que tem sua origem no capital monetário (bolsa de valores, bancos). A autora salienta que o *capital fictício* não está relacionado à produção real (de mercadorias), e sua expansão depende do desenvolvimento do sistema de crédito. Assim, a autora procura definir e diferenciar essas duas ideias com base no referencial de Marx.

O sistema de crédito diz respeito ao dinheiro emprestado do capitalista financeiro e investido na *produção*. Uma vez passando por tal processo produtivo, ele gera valor e se transforma em capital (dinheiro que se valoriza), um capital portador de juros. A valorização do dinheiro em tal processo possibilita o pagamento de juro a quem o empresta, como bem explica Marx (2017) no livro III de *O capital*:

O possuidor de dinheiro, que quer valorizá-lo como capital portador de juros, aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, converte-o em mercadoria como capital; e não só como capital para ele mesmo, mas também para outros; ele não é capital apenas para quem o aliena, mas é desde o início transferido a um terceiro como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valor, lucro; como um valor que conserva a si mesmo no movimento e que, depois de ter funcionado, retorna àquele que o desembolsou originalmente, no caso em questão, ao possuidor do dinheiro (MARX, 2017, p. 390).

Dessa forma, o dinheiro emprestado converte-se em capital na produção e gera um excedente. O juro é uma parte de tal excedente. Constitui-se em juro do capital emprestado.

Soto e Mello (2021) relembram que o sistema de crédito se apresenta enquanto uma tendência fundamental da própria acumulação de capital, um produto necessário para o desenvolvimento deste modo de produção (produto e pressuposto da acumulação):

Se o capital possui uma fome insaciável por mais-valia; se ele busca a maior mobilidade possível, tendo como campo de atuação o mercado mundial; se ele precisa se manter em constante movimento, procurando diminuir ao mínimo o tempo em que se encontra imobilizado em alguma de suas formas e acelerar ao máximo o seu tempo de rotação; se ele busca subordinar e explorar infinitamente os recursos naturais e a força de trabalho, na maior escala possível, ele precisa, necessariamente, desenvolver a forma capital portador de juros e o sistema de crédito (SOTO; MELLO, 2021, p. 73)

Já em relação ao capital fictício, ele passa por um processo de capitalização, tal processo decorre do uso já amplo e difundido do crédito:

Toda renda regular é capitalizada à taxa de juros vigente e a soma obtida é considerada capital, mesmo que não tenha sido convertida em meios de produção e força de trabalho, não gerando, portanto, valor novo. A esse não capital, Marx chama de capital fictício (MOLLO, 2011, p. 452).

Nesse sentido, o capital fictício não passa pelo processo produtivo, não gera valor novo maior e, por isso mesmo, ele é fictício. Na visão de Marx (2017), tal capital está relacionado aos títulos da dívida pública e também as ações. Segundo Nakatani (2021), além destas, também se destacam como formas fictícias o capital bancário, os derivativos e as moedas.

Mollo (2011), assim, pontua que o crédito se diferencia do capital fictício já que é despendido na produção e gera uma maior mais-valia, promovendo uma reprodução ampliada do capital. Apesar disso, é o sistema de crédito o propulsor principal da superprodução e especulação, segundo Marx (2017) no livro III d' *O capital*.

Carcanholo (2009) também trata sobre o capital fictício, apontando no atual período do capitalismo o crescimento de uma dialética do capital fictício (ou financeiro)<sup>7</sup>. A lógica do capital fictício ao mesmo tempo que individualmente é real para seu proprietário (que o acumula), globalmente é fictício, já que pode nem completar seu processo de circulação, o que é prejudicial para o processo de acumulação, dado que não entrando no processo produtivo, esse capital não produz mais-valia. Ainda assim, o próprio capital fictício influencia o processo de acumulação.

A maior massa de mais-valia produzida através da superexploração do trabalho, se aplicada em maior parte no processo produtivo, faz possível uma maior acumulação de capital, mas quando é aplicada no setor financeiro, amplia o capital fictício em detrimento do produtivo, o que pode gerar uma acumulação de capital “travada”, que tende a aprofundar a crise.

---

7 Carcanholo define capital fictício como “um desdobramento (complexificação) do capital portador de juros. O desenvolvimento da autonomização das formas do capital e a separação entre o capital-propriedade e o capital-função permitem o aparecimento do que Marx chamou de mercadoria-capital. É possível, a partir disso, que o capitalista-proprietário abdique de utilizar seu capital-dinheiro como meio para inserir-se no processo de produção de mercadorias e empreste seus recursos para outro capitalista que pretenda fazê-lo. Esse capital-função entrará no processo de circulação do capital, comprando meios de produção e contratando força de trabalho, produzindo mercadorias com um valor acrescido, um excedente ou mais-valia, e vendendo essas mercadorias. A partir do resultado obtido, com a realização da mais-valia, esse capital-função poderá pagar o seu empréstimo, acrescido dos juros (remuneração do capital-propriedade, ou seja, do capital portador de juros), e mesmo assim poderá apropriar-se de um lucro. Juros constituem o rendimento do capital-propriedade, enquanto lucro constitui o rendimento do capital-função” (CARCANHOLO, 2009, p. 259-260).

Neste cenário, tanto Carcanholo (2009), como Mollo (2011) e outros autores estudados aqui defendem que a visão marxista aponta a relação fundamental da atual crise com a *financeirização* do capitalismo, como pontua Mollo:

Assim, o que causa a crise é a ausência de rendas para sustentar a demanda por ativos financeiros, iniciando a espiral deflacionária. A lógica de maximização do lucro no processo de acumulação explica o desenvolvimento do crédito no capitalismo, potencializando esse processo. Ao mesmo tempo, porém, permite o aparecimento e o desenvolvimento do capital fictício, resultado da tentativa de o capital desvencilhar-se dos limites impostos pela produção para desenvolver-se e ampliar lucros. A valorização na circulação, porém, tem seu desenvolvimento limitado pelas rendas provenientes da produção. A crise mostra exatamente tais limites (MOLLO, 2011, p. 459).

Como continua a autora supracitada, embora a crise seja elemento inerente ao capitalismo, a forma que o capital toma enquanto capital fictício e a crise de tal capital tem forte relação com o *neoliberalismo*, que desde os fins da década de 1970, quando ganhou força economicamente e politicamente, estimula o crescimento da financeirização da economia. As medidas trazidas pelo neoliberalismo (como privatizações, crescimento da mobilidade de capital, desregulamentação da economia, desmonte de previdências públicas) promoveram o crescimento da especulação em detrimento da produção, investindo os capitalistas no mercado financeiro para assegurar lucros mais rapidamente do que o investimento no processo produtivo.

Mascaro (2013) também segue essa linha de raciocínio quando afirma que, nas condições pós-fordistas, o capital se reproduz a partir de fluxos muito maiores do que a produção de mercadorias dos períodos anteriores. Tais fluxos, orientados pela especulação, se dirigem a novos espaços de acumulação, abertos justamente para receber o excedente de capitais concentrados nos países centrais.

As privatizações são um elemento dessa nova lógica, e se configuram tanto através da compra de empresas estatais por grupos estrangeiros como também na espoliação, um modo de acumulação primitiva de capital<sup>8</sup>. O Estado tem papel vital nesse processo de valorização do valor, já que financia e subsidia a majoração dos novos espaços de acumulação<sup>9</sup>.

Ainda a respeito do atual período de financeirização do capitalismo, Leiva (2009) defende que não se deve caracterizá-lo como totalmente dominado pelo setor

---

<sup>8</sup> Para chegar ao conceito de acumulação por espoliação, Harvey (2006) relembra que para Marx, o processo de acumulação primitiva do capital se encerra depois de o capitalismo se tornar dominante, e seu processo passa a se constituir na reprodução expandida da acumulação, que, como avalia Marx, com a crescente liberalização dos mercados (na época dele o liberalismo e hoje o neoliberalismo) não se produz uma situação harmoniosa, mas sim níveis cada vez mais maiores de desigualdade social, como também instabilidades sérias que refletem em crises de sobreacumulação. No entanto, esses pressupostos de Marx (e depois seguidos por Rosa Luxemburgo) não são identificados enquanto acumulação primitiva (já que essa se encerrou), mas sim enquanto processo de reprodução expandida. O que identifica Hanna Arendt e demais pensadores mais recentes, como o próprio Harvey, é que esses processos violentos presentes na acumulação primitiva persistem nos dias de hoje (como visto no atual período neoliberal) e sempre estiveram presentes na geografia histórica do capitalismo. Dessa forma, Harvey vê como necessário analisar esse processo de acumulação primitiva nos dias de hoje, que ele prefere definir como “acumulação por espoliação”.

<sup>9</sup> Em se tratando do papel do Estado, Mascaro (2013) traz uma análise a respeito do Estado enquanto *forma política* do capitalismo, e afirma que é essencial buscar compreender como os Estados atuam politicamente e economicamente dentro do modo de produção capitalista e nas formações sociais específicas. Dentro da análise dos processos migratórios é também fundamental considerar as relações entre os diferentes Estados e também, internamente, as disputas políticas dentro da esfera estatal para compreender suas influências sobre as migrações, como exemplo no controle sobre as políticas migratórias.

financeiro, uma vez que o capital produtivo desempenha um papel importante na dinâmica da dominação do capital sobre o trabalho e a sociedade (exemplificada na flexibilidade do trabalho), especialmente na América Latina. Consideramos importante aqui elaborar alguns comentários sobre a relação entre a atual crise do capitalismo e os aspectos econômicos e políticos dessa região, sobretudo a adoção do neoliberalismo enquanto doutrina econômica na maior parte dos países da região.

Wallerstein (2009) indica que o período que abarca o fim do Século XX, especialmente 1970-2001, foi marcado pelo início de uma crise no modo de produção capitalista, em que o desenvolvimento característico do período pós-guerra (1945-1970) entrou em forte recesso em decorrência da sobreacumulação de capitais, o resultado foi grandes desvalorizações e queda de lucro que fizeram países do centro do capitalismo transferirem várias unidades produtivas para países periféricos (que em grande parte possuíam, em suas legislações, poucos direitos trabalhistas garantidos), bem como resultou em desempregos em massa, concorrência entre Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, transferência de capitais da produção para o mercado financeiro e crises da dívida.

Os capitais dos bancos alemães e norte-americanos foram emprestados, em grande escala, na década de 1970 para países do então Terceiro Mundo, que historicamente passaram por um desenvolvimento capitalista dependente e que possuíam, na época, problemas financeiros em decorrência das duas crises do petróleo. Na década de 1980, as dívidas desses países chegaram a altos patamares, e grande parte deles entrou em períodos de recessão (como o Brasil).

A solução imposta a esses países veio por meio da abertura de seus mercados para investimentos financeiros estrangeiros, seguindo a lógica do neoliberalismo promovido por Margaret Thatcher (Inglaterra), Ronald Reagan (EUA), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e também pelo Banco Mundial, abertura essa que se materializou com grande força no Consenso de Washington, publicado em 1989.

Com o Consenso de Washington, os Estados Unidos, maior economia do mundo, garantiram a mudança da política econômica mundial do *desenvolvimentismo* para o *neoliberalismo*, essa medida fez o poder econômico (financeirização) dos EUA crescer sobretudo no Terceiro Mundo. A implantação do modelo neoliberal se fez através da Organização Mundial do Comércio (OMC), que buscou abrir os mercados dos países do Sul para a entrada de fluxos comerciais e financeiros do centro, os países ex-soviéticos implantaram diversas medidas neoliberais, bem como países da América Latina, via a implantação do *Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – NAFTA* em 1º de janeiro de 1994 (WALLERSTEIN, 2009).

As medidas, no entanto, foram desastrosas, a desigualdade nos países dependentes alarmou-se, assim como o desemprego, a concentração de renda, a desvalorização cambial e o enfraquecimento econômico, além de uma crescente precarização das condições de trabalho<sup>10</sup>.

Leiva (2009) também reforça essas afirmações quando destaca que a América Latina, com a adoção do neoliberalismo, aprofundou seu subdesenvolvimento. Esse regresso, traduzido no aumento da pobreza e queda da distribuição de renda, tem como base o baixo investimento de tais países para

---

<sup>10</sup> Wallerstein (2009) aponta que os retrocessos pelos quais a América Latina passou com a adoção do neoliberalismo resultaram em várias revoltas e também subida ao poder, em vários países periféricos, dos antigos partidos de esquerda, agora transformados em social-democratas (caso do PT no Brasil).

criação de empresas (sobretudo na indústria) e para a produção de maquinário. Mesmo com lucros altos, os países latino-americanos aplicaram seus investimentos em novos ramos residenciais e turísticos.

Além disso, desde a década de 1990 os Estados da América Latina têm promovido uma desnacionalização de suas indústrias, as vendendo para grupos empresariais estrangeiros<sup>11</sup>. Junto a isso, se vê um crescente fluxo de investimento estrangeiro no subcontinente, em especial a partir de 1995, quando governos começaram a vender com maior intensidade suas empresas, o investimento estrangeiro, dessa forma, foi baseado sobretudo em compra de empresas estatais, mas baixo índice de criação de novas empresas.

Nesse sentido, Leiva (2009) destaca que na América Latina, o capital produtivo e o financeiro atuam conjuntamente, sendo que o investimento direto das empresas transnacionais (que produzem bens e serviços) dominam o panorama na América Latina, como o autor destaca:

O capital produtivo das transnacionais, em conjunto com o capital financeiro internacional e seus vínculos com os capitais e Estados nacionais da região, explica em grande parte o estrangulamento da reprodução econômica e social na América Latina e do Caribe (LEIVA, 2009, p. 160).

Como veremos a seguir, a influência da atual crise estrutural do capital no mundo do trabalho tem sido bastante potente, especialmente sobre as novas formas pelas quais o trabalho se apresenta neste período.

## AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E NA MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO

Uma série de mudanças tem ocorrido dentro do mundo do trabalho no período contemporâneo do capitalismo, marcado pela financeirização da economia e pela reprodução ampliada da acumulação capitalista. Autores como Antunes (2015), Alves (2009), Ianni (2001) e Harvey (2005, 2006) têm trazido percepções sobre essa dinâmica.

O mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo apresenta vários processos e metamorfoses que condicionam a uma *precarização estrutural do trabalho em escala global* (ANTUNES, 2015), o que inclui uma diminuição da classe operária industrial nos países capitalistas avançados e um crescimento do trabalho assalariado no setor de serviços. Além desses, também se observa um fortalecimento da subproletarização do trabalho através do crescimento do trabalho temporário, precário e terceirizado. Antunes identifica a existência de uma processualidade contraditória, marcada ao mesmo tempo pela redução do trabalho operário industrial e pelo crescimento do subproletariado, trabalho precário e do setor de serviços, além de uma heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, explícita no crescimento do trabalho feminino e na crescente exclusão dos mais jovens e mais velhos do mercado de trabalho formal.

---

<sup>11</sup> Leiva (2009) aponta que os investimentos estrangeiros realizados na América Latina no período 1996-2003 tiveram como carros-chefes empresas dos Estados Unidos e da Espanha. Os investimentos espanhóis equivaleram a 55% dos investimentos dos EUA neste período. Entre as dez maiores empresas transnacionais, quatro são norte-americanas, três são espanholas, duas alemãs e uma italiana. General Motors Corp. (EUA) e Telefónica de España S.A. (Espanha) lideraram os investimentos.

Contextualizando historicamente, já na década de 1980 se percebe a diminuição do trabalho fabril em países como Estados Unidos, França e Itália, tanto em decorrência da recessão econômica - ligada a financeirização - como do crescimento da automação. A subproletarização do trabalho também começa a crescer em várias modalidades vinculadas à informalidade, como empregos precários, mal remunerados, com condições de trabalho desregulamentadas, regressão de direitos adquiridos, além da ausência de proteção sindical. A tendência de se diminuir o número de trabalhadores “centrais” e aumentar a força de trabalho facilmente contratada e demitida já se fortalecia na Europa Ocidental na década de 1980.

Além dos aspectos tratados acima, Antunes (2015) também identifica um processo de assalariamento dos setores médios devido a expansão dos serviços, que desde a década de 1980 têm crescido e se transformado no setor que mais ocupa mão-de-obra. O autor destaca, no entanto, que, ainda que o emprego nesse setor seja predominante, os serviços ainda são dependentes da produção industrial, responsável pela realização da mais-valia mundialmente, uma vez que no setor de serviços predomina o caráter improdutivo do trabalho.

Uma consequência no interior da classe trabalhadora se dá em uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, que impulsiona ao mesmo tempo para uma *maior qualificação* do trabalho e para uma *maior desqualificação*. A primeira diz respeito, sobretudo à diminuição da dimensão variável (trabalho vivo) do capital e consequente aumento da dimensão constante (trabalho morto), que reflete, com base em Marx, na tendência de o trabalhador se transformar em um supervisor e regulador do processo de produção. No entanto, como prossegue Antunes, a efetivação de tal tendência (que romperia a lógica do capital) é impossível em decorrência da própria lógica do capital, na qual apenas o trabalho é fonte criadora de valor. Contudo, o que ocorre é “uma mudança no interior do processo de trabalho, que decorre do avanço científico e tecnológico e que se configura pelo peso crescente da dimensão mais qualificada do trabalho, pela intelectualização do trabalho social” (ANTUNES, 2015, p. 70-71).

Como continua Antunes, além da qualificação, também se percebe a desqualificação do trabalho em vários ramos, tanto no operariado industrial, como na grande massa de trabalhadores divididos entre os empregos temporários, parciais, subcontratados, terceirizados e na economia informal, incluindo também os desempregados (subproletariado moderno). Nesse sentido:

Tudo isso nos permite concluir que nem o operariado desaparecerá tão rapidamente e, *o que é fundamental*, não é possível perspectivar, nem mesmo num universo distante, nenhuma possibilidade de eliminação da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2015, p. 75).

A precarização estrutural pela qual a sociedade produtora de mercadorias passa, segundo Antunes (2015), pode ser percebida em diferentes territórios. No Norte se observam poucos traços do *welfare state*<sup>12</sup>, enquanto no Sul do mundo os trabalhadores(as) buscam a todo custo um trabalho, quase independentemente de sua preferência.

---

<sup>12</sup> Denominado em português de “Estado do bem-estar social”, trata-se do período que compreende o final da década de 1940 (após a Segunda Guerra Mundial) e o início da década de 1970, em que o capitalismo passou por um grande desenvolvimento, sobretudo nos países do centro do sistema capitalista, onde se conquistaram uma série de avanços sociais.

No Brasil, a mudança pôde ser observada em alto grau na década de 1990, com a *desertificação neoliberal*, na qual a abertura dos mercados incentivada pelo Consenso de Washington significou uma desregulamentação generalizada no trabalho, bem como na extensa privatização. Um elemento de destaque foi a significativa reestruturação produtiva na indústria e nos serviços, realizada em decorrência da nova divisão internacional do trabalho.

O processo de trabalho no Brasil (antes pautado no *fordismo*) passou por diversas modificações, vistas pela influência do *toyotismo* em processos como a acumulação flexível, formas de subcontratação e terceirização da força de trabalho, que sofre uma série de precarizações decorrentes das desregulamentações da legislação trabalhista, o que se reflete num aumento do trabalho sem carteira assinada.

Em um período marcado pela informatização do trabalho (trabalho morto) e pela informalização do trabalho (trabalho vivo), vê-se novos tipos de trabalho, como o “colaborador” (multifuncional) e o trabalho imaterial (comunicação, publicidade e marketing) que embora supérfluo, traz novas formas contemporâneas de criação do valor.

O trabalho, cada vez mais precarizado, também assume formas ocultas, exemplificadas pelo “empreendedorismo” e “trabalho voluntário”. A classe trabalhadora brasileira se torna ainda mais heterogênea e multifacetada. E o trabalho, em um processo de precarização estrutural, ainda sofre as ameaças do desmonte da legislação protetora do trabalho, como bem aponta Antunes:

E flexibilizar a legislação social do trabalho significa – não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso – aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora, desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente pós-1930, quando se toma o exemplo brasileiro (ANTUNES, 2015, p. 130).

Dentro desse prisma, Antunes (2015) elenca os pontos centrais da crise contemporânea no mundo do trabalho, que “afetou tanto a *materialidade* da classe trabalhadora, a sua *forma de ser*, quanto a sua *subjetividade*, o universo dos seus valores, do seu ideário, que pautam suas ações e práticas concretas” (ANTUNES, 2015, p. 217). O processo produtivo das mercadorias, seguindo essa linha, também passa por sérias mudanças, a partir do avanço tecnológico, das formas de acumulação flexível, do desenvolvimento do *toyotismo* entre outros já citados anteriormente, que trazem importantes consequências sobre a classe trabalhadora<sup>13</sup>.

Também associando à problemática da crise estrutural do capital as mudanças impostas ao trabalho, Harvey (2005, 2006) aduz que quando ocorre uma crise de superacumulação, algumas das medidas que são tomadas pelo capital para tentar resolver a crise incluem a desvalorização do capital, que se manifesta em

---

13 Entre elas, Antunes destaca a crescente redução do proletariado fabril (flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo característicos do toyotismo); Crescimento do subproletariado nas fábricas e serviços, formados por terceirizados, subcontratados entre outros (inicialmente a maior parte formada por imigrantes, hoje também inclui trabalhadores especializados e remanescentes do taylorismo-fordismo); Aumento do trabalho feminino; Aumento no número de assalariados médios e de serviços; Exclusão dos jovens e velhos no mercado de trabalho; Inclusão criminosa de crianças no mercado de trabalho (trabalho infantil), em especial em indústrias de países da periferia (Ásia, América Latina); Expansão do trabalho social combinado, em que há participação no processo de produção (e serviços) de trabalhadores de diferentes partes do mundo.

diferentes formas: sobre a moeda (inflação); mercadorias (superabundância no mercado); capacidade produtiva (infraestruturas e equipamentos ociosos ou subutilizados); e desvalorização da força de trabalho (diminuição do padrão de vida, flexibilizações no trabalho), estabelecendo uma linha de pensamento próxima a de Antunes (2015).

Por sua vez, Alves (2009) realiza uma interconexão entre dois elementos: a forma de ser do desenvolvimento capitalista mundial e as metamorfoses do mundo social do trabalho. O primeiro diz respeito justamente à crise estrutural do modo de produção capitalista e o segundo às mudanças no mundo do trabalho, como o anteriormente analisado Antunes (2015) também pontua.

Com a crise estrutural do capital, diversas mudanças ocorrem na dinâmica capitalista, tanto na produção como na reprodução social, que caracterizam um *complexo de reestruturações capitalistas*. Esta totalidade concreta da reestruturação capitalista abarca diversos elementos de reestruturação (políticos, econômicos e sociais) que alcançam seu auge a partir das décadas de 1980 e 1990. Além dos elementos em conformidade com Antunes (2015) como a precarização do mundo do trabalho e a financeirização da economia, também identifica Alves (2009) um crescimento ainda mais acentuado da tecnologia (III revolução industrial) e uma sociabilidade da barbárie<sup>14</sup>.

Ianni (2001) também identifica, nesse período de crise contemporânea, aspectos fortemente ligados à mobilidade da força de trabalho, tanto em sua forma espacial (migrações) como profissional. O autor evidencia que desde a década de 1970 existe um padrão flexível de organização da produção, que altera as condições sociais e técnicas de organização do trabalho, torna o trabalhador polivalente, abrindo possibilidades para uma mobilidade social vertical e horizontal. O trabalhador é levado a se ajustar às mudanças e novas exigências da produção de mercadoria, excedente, lucro e mais-valia. A flexibilização do trabalho e do trabalhador, assim, é uma nova racionalidade do processo de reprodução ampliada do capital em escala global.

Além disso, com a globalização do capitalismo, desenvolve-se o mercado mundial de força de trabalho, e cresce o movimento de trabalhadores em escala regional, continental e mundial, mesmo dentro de cada nação os movimentos de trabalhadores tem influência da mundialização dos mercados, a despeito das barreiras políticas, raciais entre outras.

Desta maneira, intensificam-se no mundo, e também no Brasil, as novas modalidades de exploração intensificada do trabalho, aliadas ao desenvolvimento tecnológico. Amplia-se assim, em escala planetária, a imposição de formas de trabalho flexível no intuito de garantir a reprodução ampliada do capital e sua valorização. E, dentro desse contexto, os próprios imigrantes constituem-se enquanto um novo polo de destaque do novo proletariado global, como bem salienta Antunes sobre “os enormes contingentes de imigrantes globais, em seus novos fluxos migratórios, [que] ampliam ainda mais os bolsões de trabalhadores sobrantes, descartáveis, subempregados e desempregados em escala planetária” (ANTUNES, 2018, p. 89). O que vemos, nessa tomada, é uma mobilização de força de trabalho imigrante – ainda mais precarizada – que atende à necessidade do capital de se valorizar.

---

<sup>14</sup> A sociabilidade da barbárie que Alves (2009) evidencia se refere às novas condições históricas da reprodução expandida do capital (calcada em uma acumulação financeira/flexível/por espoliação) que fazem surgir um novo tipo de metabolismo social, que Alves (2009) denomina sóciometabolismo da barbárie, que implica na produção e reprodução de uma série de fenômenos de estranhamento e fetichismo.

## AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E O CASO BRASILEIRO

Com o neoliberalismo, novos padrões migratórios emergem, a imigração estrangeira em países da periferia ganha mais notoriedade em relação aos períodos anteriores do capitalismo, com modificações na base social dos deslocamentos humanos em escala mundial, sobretudo como decorrência das mudanças trazidas pela expansão da reprodução capitalista por todo o mundo, como podemos testemunhar na reestruturação produtiva e a consequente reprodução das desigualdades e da pobreza, principalmente na periferia capitalista (ALVES, 2015).

Percebe-se, assim, o crescimento das emigrações em países pobres, tanto vinculadas a fatores econômicos como também políticos, guerras e desastres ambientais, todos relacionados diretamente à lógica de reprodução ampliada do capitalismo (BAENINGER, 2018).

Associando as mudanças no mundo do trabalho, a crise estrutural do capital e os movimentos migratórios recentes, Kurz (2005) traz as características da migração universal do atual período, sendo uma delas o predomínio das migrações de países da periferia capitalista para os grandes centros econômicos, como também, nas migrações internas, o movimento das regiões mais pobres para as mais ricas. A lógica das novas migrações se dá sob condições novas da crise capitalista mundial e das formas que ela assume. Um aspecto importante levantado por este autor é que, socialmente, a maioria dos imigrantes que chegam em países do centro assumem postos de trabalho precarizados e subempregos.

Alves (2015) também aponta para essa direção quando constata que o trabalho imigrante passa cada vez mais, em razão da crescente migração indocumentada, a ser condicionado a uma precariedade em suas condições. Como bem evidencia Shierup (2007):

O sistema hierárquico de subcontratação, a flexibilização e a informalização são indicados como elementos-chave para se entender as características do trabalho desses imigrantes indocumentados que, até então, atingiam em menor grau os nacionais daqueles territórios (ALVES, 2015, p. 86).

Os movimentos migratórios, dessa forma, têm suas direções multiplicadas por todos os cantos do mundo. Internacionalizando-se, o movimento da força de trabalho ainda é regulamentado em cada país pela ação dos Estados e governos, formando um exército mundial de força de trabalho. Esses milhões de trabalhadores potenciais, localizados sobretudo na América Latina, África e Ásia, constituem uma superpopulação latente, que, em momento de crescimento econômico, são incorporados ao mercado de trabalho (IANNI, 2001).

Assim, Ianni (2001) identifica que, no período atual, problemas sociais ocorrem tanto na escala global como local, provincial, nacional e regional. Desemprego cíclico e estrutural, crescimento das subclasses, superexploração da força de trabalho, discriminações e migrações são alguns dos exemplos trazidos pelo autor. É nesse sentido que o desemprego estrutural, associado à flexibilização do trabalho e das tecnologias, faz com que o trabalhador se mova pelo mundo atrás de um emprego para tentar sobreviver.

Neste cenário, conforme Bógus e Fabiano (2015), a migração no mundo aumentou 41% entre os anos de 2000 e 2015, quando alcançou a marca de 244 milhões de pessoas, 3,3% da população total do mundo.

Além disso, em um mundo regido pela expansão do processo de valorização capitalista, a crise global dos refugiados tem se expressado com cada vez mais intensidade nos países periféricos em relação aos ricos. Como aponta Souza (2015), mais de 14 milhões de refugiados se dirigiram, em 2015, para países da África Subsaariana e Oriente Médio, enquanto menos de um milhão solicitaram refúgio na Europa no mesmo ano. Em meio a contextos permeados por guerras, desigualdade e pobreza, os países periféricos são os que mais recebem refugiados e os que mais sofrem com os problemas econômicos reproduzidos pelo capitalismo. Esses territórios ao mesmo tempo enfrentam guerras e crises de toda ordem, que levam pessoas a emigrar, como também recebem refugiados e migrantes de outros países que também encaram estes problemas.

É nesse contexto histórico e geográfico da realidade concreta que os movimentos migratórios, enquanto mobilidade espacial da força de trabalho – como nos lembra Gaudemar (1977) – se complexificam e se expressam em diferentes modalidades de movimentos de migração. Entre tais modalidades, Baeninger (2018) destaca as *migrações sul-sul*, *migrações transnacionais de refúgio* e *migrações transnacionais fronteiriças*, autores como Rodrigues (2006), Sarmiento e Rodrigues (2018), Rossa e Menezes (2018) também trabalham com estas diferenciações.

Ainda que se expressem em diferentes formas e sejam identificadas sob diferentes definições (migração de crise, migração econômica, migração política), devemos entender que não se pode explicar tais formas de mobilidade a partir de si mesmas, autonomizando suas causas e buscando uma explicação simplesmente individual (focada no sujeito) para cada uma delas - como as concepções teóricas clássicas e neoclássicas fariam (AUTOR, 2020). Devemos compreender que tais modalidades são manifestações da mobilização espacial das forças de trabalho para atender à necessidade de exploração da mais-valia e de acumulação do capital, assim como manifestações da crise estrutural do capitalismo.

Dentro deste cenário, Baeninger (2018) destaca que o Sul global tem passado por uma crescente importância para as migrações internacionais no século XXI. Isso ocorre também em decorrência tanto do endurecimento das políticas migratórias nos territórios centrais do capitalismo (sobretudo à entrada de indocumentados e trabalhadores pobres de países periféricos) como o crescimento dos serviços e das cidades globais (muitas no Sul), que aumentam a atratividade destes territórios para a imigração internacional, inclusive de trabalhadores com conhecimento técnico de áreas específicas para atuar em setores financeiros e de outros serviços. Apesar disso, cresce também uma esfera econômica de empregos precários e de baixa qualificação, para onde são destinados os imigrantes pobres (SILVA, 2018a).

O Brasil se coloca, nesta dinâmica, como destino de migração de duas demandas: de imigrantes qualificados de países do Norte e Sul global, mas também de imigrantes pobres direcionados ao trabalho precário, sobretudo advindos da América Latina. Essa dinâmica migratória se mostra predominante desde fins do século XX e nas primeiras décadas do século atual (SILVA, 2018a). Entre os imigrantes com maior presença em território brasileiro nas últimas décadas, destacam-se os bolivianos, senegaleses, peruanos, chineses, haitianos e venezuelanos.

Com a crise global do capital entre 2007 e 2008, Alves (2015) e Fernandes e Sá (2018) concordam que as migrações do e para o Brasil sofreram mudanças, o caracterizando como um país receptor de imigrantes e ao mesmo tempo como produtor de emigrantes. Em 2013, o Brasil contava com a presença de 1,5 milhão de imigrantes. Ainda que constituindo então apenas 0,3% da população total (de 200 milhões), essa porcentagem é considerada subestimada.

A distribuição dos imigrantes no território brasileiro, entre 2010 e 2016, concentrou-se sobretudo nas regiões Sudeste (58,8%) e Sul (21,3%), com o Estado de São Paulo recebendo 45,2% dessa população (OLIVEIRA, 2017). Além disso, no período 2011-2014, como aponta Alves (2015), através de dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Brasil foi o maior destino dos fluxos migratórios na América Latina.

De maneira geral, e com base no anteriormente exposto, também devemos observar, neste novo contexto, um paradoxo da globalização neoliberal, evidenciado por John Smith: “um mundo sem fronteiras para tudo e todos, exceto para os trabalhadores” (SMITH, 2020, p. 34). Assim, o que se vivencia é uma globalização em que, ainda mais intensamente em relação aos estágios anteriores da evolução imperialista do capitalismo, impera a mobilidade do capital e crescem as restrições fronteiriças à mobilidade dos trabalhadores, com a militarização e securitização das fronteiras e a xenofobia. Ao mesmo tempo, novas situações de mobilidade humana emergem e também se fortalece a criminalização das pessoas que migram (ROSSA, MENEZES, 2018).

Além disso, com base em autores como Rossa e Menezes (2018), podemos observar que o papel do Estado no reconhecimento e proteção aos imigrantes tem se baseado menos em fundamentos jurídicos e mais em critérios políticos. Ou seja, a esfera política influencia as políticas migratórias e também o processo de reconhecimento de refúgio. Angola, Bangladesh e Haiti são exemplos usados pelas autoras supracitadas de que o Estado pode caracterizar alguns imigrantes como refugiados e outros não. Autor (2021) também vai nesse sentido ao analisar o recente caso venezuelano, no qual evidencia que o Brasil, através de seu Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), passou a reconhecer ainda mais imigrantes venezuelanos como refugiados a partir de 2019, decisão que exprime fatores políticos pelo fato de Nicolas Maduro, presidente venezuelano, ser adversário político de ambos os presidentes que governaram o Brasil após o golpe de Estado de 2016, Michel Temer e Jair Bolsonaro, este último responsável por polarizar, ainda mais, o discurso contrário ao governo do presidente venezuelano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos ao longo deste trabalho, o período de hegemonia do neoliberalismo como modelo econômico, a partir da década de 1970, trouxe uma série de profundos impactos sobre o mundo do trabalho, que sofre várias mudanças e retrocessos que podem ser observados na flexibilização das leis trabalhistas e em outros mecanismos para garantir maior exploração do trabalho e aumento da acumulação de mais-valia, processos de mudança que Antunes (2015) identifica como metamorfoses no mundo do trabalho. Mesmo Gaudemar (1977), na década de 1970, já observava o crescimento dessas reformas trabalhistas dentro de mudanças econômicas neoliberais que vinham sendo adotadas na época.

Dessa maneira, a migração (mobilidade espacial da população) é um dos mecanismos essenciais na lógica de reprodução do capital. As migrações, ademais,

têm relevada importância para se compreender as dinâmicas de acumulação de capital que se realizam no atual período de reprodução ampliada deste modo de produção, e que revelam as relações imperialistas entre Estados do centro e da periferia do capitalismo. O papel do Estado também segue essa lógica, atuando no sentido de promover movimentações da força de trabalho que garantam maior valorização do capital.

Se a mobilização das forças de trabalho, como bem nos lembra Gaudemar (1977) e como analisamos aqui, é uma característica das sociedades regidas pelo sistema produtor de mercadorias, uma vez que o trabalho – tornado a mercadoria *força de trabalho* no capitalismo – possui como característica vital a mobilidade (temporal e espacial), com a intensificação da crise do capitalismo, essa mobilização também se intensifica, e se acentua de tal maneira que extrapola os interesses da própria gestão migratória por parte dos Estados nacionais (estes que atuam com a intenção de atender à acumulação do capital).

Os imigrantes, devemos evidenciar, não se deslocam, de forma alguma, de maneira espontânea (como os teóricos burgueses defendem), mas são mobilizados espacialmente e temporalmente pela necessidade de sobreviver em um mundo tomado pela lógica da reprodução do capital, possuindo como única opção se deslocar para espaços onde possam vender sua força de trabalho para garantir sua própria sobrevivência. E, uma vez inseridos, em grande parte, num mercado de trabalho informal e precarizado, garantir através da superexploração de seu trabalho uma maior acumulação de capital. A contribuição do conceito marxista de mobilidade da força de trabalho desenvolvido por Gaudemar (1977) é assim vital para que possamos interpretar os processos migratório enquanto expressão da intensificação da exploração do trabalho pelo capital que tem sido ainda mais desenfreada nas últimas décadas e sobretudo no início do século XXI, com as reformas neoliberais como uma de suas expressões concretas.

Dessa leitura, podemos destacar que as novas determinações do modo de produção capitalista, em sua fase de financeirização e expansão mundial, influem diretamente sobre o trabalho e sua mobilidade, inclusive no caráter *espacial* de tal mobilidade. Todos esses fenômenos, ademais, estão integrados em uma realidade de crise profunda do sistema produtor de mercadorias, e só podem ser analisados corretamente quando é levada em conta a totalidade deste modo de produção.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariedade**: A precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6. 2009.

ALVES, Patricia Villen Meirelles. **Imigração na modernização dependente**: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015. <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1625797>>

ANTUNES, Ricardo. A vigência (e a vingança) de Marx: o novo proletariado de serviços, valor e intermitência. In: **Margem Esquerda** – revista da Boitempo. N. 31. São Paulo: Boitempo. Setembro 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BAENINGER, Rosana. *et al.* **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição). <<https://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>>

BAENINGER, Rosana. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 135-138. <[https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf)>

BAENINGER, Rosana.; CANALES, A. (Coord.). **Migrações Fronteiriças**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018. <[https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_frenteiricas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_frenteiricas.pdf)>

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; FABIANO, M. L. A. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. In: **Ponto e Vírgula** - PUC SP - No. 18 - Segundo Semestre de 2015 - p. 126-145. <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29806/20723>>

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SANTOS, T.; SADER, E. (Coord.); MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**. São Paulo: Boitempo, 2009.

CIPOLLA, Francisco Paulo. A evolução da teoria da crise de superprodução na obra econômica de Marx. **Crítica Marxista**, n.37, p.67-90, 2013. <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo298Artigo4.pdf)>

FERNANDES, Duval Magalhães.; SÁ, P. R. C. O Brasil no Mapa da Migração: aspectos históricos e atuais. In: JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. C. (Orgs.). **Migrantes forçados: conceitos e contextos**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p. 579-610. <<https://ufr.br/editora/index.php/editais/category/40-editais?download=406:migrantes-forcados>>

FERREIRA, Ricardo Hirata. **ESPAÇO E MIGRAÇÃO: BRASILEIROS NO JAPÃO**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. 2005. <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/20.pdf>>

G1. **Jovem venezuelano é assassinado em SP após briga por dívida de R\$ 100; 'basta de xenofobia', dizem movimentos sociais**. <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/02/09/jovem-venezuelano-e-assassinado-em-sp-apos-briga-por-divida-de-r-100-basta-de-xenofobia-dizem-movimentos-sociais.ghtml>>

G1. **Polícia investiga morte de congolês em quiosque na Barra da Tijuca**. <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/29/policia-investiga-morte-de-congoles-em-quiisque-na-barra-da-tijuca.ghtml>>

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOMES, Fábio Guedes. Mobilidade do trabalho e controle social: Trabalho e organizações na era neoliberal. *In: Revista de Sociologia Política*. Curitiba. v. 17, n. 32, p. 33-49, fev. 2009. <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/D3SxYBSqygKSPPTZtsC97wg/?lang=pt&format=pdf>>

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. O novo imperialismo: acumulação por espoliação. *In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. (editores). Socialist Register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO. 2006. p. 95-126. <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/05\\_harvey.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf)>

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

ISMAEL, Vinicius de Paula. Discussão Sobre as Diferentes Abordagens Teóricas Para o Estudo das Migrações e da Mobilidade do Trabalho. **Geografia** - Rio Claro, V. 45, N. 2, p. 235-259, jul./dez. 2020. <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/15091/11946>>

ISMAEL, Vinicius de Paula. **Mobilidade espacial da força de trabalho no capitalismo contemporâneo**: estudo do processo migratório venezuelano para o Brasil (2013-2019). Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2021. <<http://hdl.handle.net/11449/215399>>

KURZ, Robert. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial: Para uma caracterização da situação contemporânea da sociedade mundial. *In: Serviço Pastoral dos Migrantes. (Org.) Travessias na desordem global — Fórum Social das Migrações*. São Paulo: Paulinas, 2005. <<https://www.marxists.org/portugues/kurz/2005/01/23.htm>>

LEIVA, Orlando Caputo. A economia mundial e a América Latina no início do século XXI. *In: SANTOS, T.; SADER, E. (Coord.); MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (Orgs.). A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global de produção capitalista. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. A teoria marxista do valor-trabalho: divergências e convergências. **Crítica Marxista**, n.37, p.47-66, 2013. <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo297Artigo3.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo297Artigo3.pdf)>

NAKATANI, Paulo. As formas concretas e derivadas do capital portador de juros. *In: MELLO, G. M. C.; NAKATANI, P. (Orgs.). Introdução à crítica da financeirização*:

Marx e o moderno sistema de crédito. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 105-123.

OLIVEIRA, Antônio Teixeira Ribeiro de. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: OLIVEIRA, L. A. P. & OLIVEIRA, A. T. R. (org.) **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49781.pdf>>

OLIVEIRA, Antônio Teixeira Ribeiro de. Características da imigração regular no Brasil: um olhar através dos registros administrativos. In: CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; ARAUJO, D., TONHATI, T. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2017. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017. <[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados\\_anuais/RELATORIO\\_FINAL\\_PDF\\_CRGD.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados_anuais/RELATORIO_FINAL_PDF_CRGD.pdf)>

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Revista Estudos Avançados** n° 20 (57), 2006, São Paulo-SP. <<https://www.scielo.br/j/ea/a/w7vgcpsTJR7DHwvbwmdD9QRH/?lang=pt&format=pdf>>

ROSSA, Lya Amanda; MENEZES, Marilda A. Entre migrações e refúgio: migrações sul-sul no Brasil e as novas tipologias migratórias. In: BAENINGER, R. et al. **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição). p. 383-401. <<https://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>>

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, **Anais**, vol. 3, Campinas: ABEP, 1992, pp. 119-144. <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/609/589>>

SARMENTO, G. G. S.; RODRIGUES, F. S. Entre a acolhida e o rechaço: breves notas sobre a violência e os paradoxos da migração venezuelana para o Brasil. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018. p. 242-249. <[https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf)>

SILVA, Camila Rodrigues da. Migração de venezuelanos para São Paulo: Reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa. In: BAENINGER, R. et al. **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018a (2ª edição). p. 356-367. <<https://nempsic.paginas.ufsc.br/files/2015/02/LIVRO-MIGRA%C3%87%C3%95ES-SUL-SUL.pdf>>

SILVA, Camila Rodrigues da. Sínteses, reflexões e perspectivas sobre a política de interiorização no acolhimento de venezuelanos em 2018b. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.) **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018b. p. 322-332. <[https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf)>

SMITH, John. Exploração e superexploração na teoria do imperialismo. *In*: LÓPEZ, E. (Org.) **As veias do sul continuam abertas**: debates sobre o imperialismo do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 33-74.

SOTO, Olga Pérez.; MELLO, Gustavo Moura Cavalcanti. O capital portador de juros em Marx. *In*: MELLO, G. M. C.; NAKATANI, P. (Orgs.). **Introdução à crítica da financeirização**: Marx e o moderno sistema de crédito. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 69-87.

SOUZA, Fabrício Toledo de. Os Refugiados Decidem Viver: a geografia da desigualdade e a fuga como resistência. *In*: JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. M. D.; LOPES, R. C. (Orgs.). **Migrantes forçados**: conceitos e contextos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018. p. 175-195.  
<<https://ufr.br/editora/index.php/editais/category/40-editais?download=406:migrantes-forcados>>

WALLERSTEIN, Immanuel. Mudando a geopolítica do sistema-mundo: 1945-2025. *In*: SANTOS, T.; SADER, E. (Coord.); MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**. São Paulo: Boitempo, 2009.